



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 41/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 06 DE JUNHO DE 2025

Projeto de Lei Ordinária nº 12/25, de autoria do poder legislativo que “Institui a Política Municipal de Promoção da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes denominada Rede Guardiões da Infância e Juventude, e dá outras providências.” Município de Formosa Goiás. ”

Relator: Ver. Renato Lôbo e Silva

I – Relatório

Projeto de Lei Ordinária nº 12/25, de autoria do Vereador Marcos Vinicius Vieira Viana, visa instituir, no âmbito do Município de Formosa-GO, a Política Municipal de Promoção da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, denominada **Rede Guardiões da Infância e Juventude**. A proposta tem como objetivo articular e integrar ações públicas e comunitárias voltadas à proteção, prevenção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, violência ou risco social.

A rede contará com a participação de órgãos públicos, conselhos tutelares, entidades da sociedade civil, profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança pública, promovendo uma abordagem intersetorial, acolhedora e preventiva.

II - Fundamentação Jurídica

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu **art. 227**, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação e à proteção contra qualquer forma de negligência, violência, crueldade e opressão.

Além disso, a iniciativa encontra respaldo na **Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**, que orienta a formulação de políticas públicas voltadas à proteção integral, sendo plenamente legítimo ao Município implementar ações que visem à prevenção da violação de direitos e ao fortalecimento da rede de apoio.

Sob o aspecto da **competência legislativa**, verifica-se que o projeto trata de matéria de interesse local, estando, portanto, de acordo com o **art. 30, inciso I, da Constituição Federal**, e com a **Lei Orgânica do Município de Formosa**. Não há vício de iniciativa ou qualquer violação a princípios constitucionais.

IV – Conclusão

Dessa forma, à luz do ordenamento jurídico vigente e da relevância social da matéria, **esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Ordinária nº 12/2025**, por estar de acordo com os princípios da proteção integral, da competência legislativa municipal e da legalidade administrativa.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 41/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 06 DE JUNHO DE 2025

V – Voto

Diante do exposto, recomendando, assim, **a aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 12/2025, por sua regularidade formal e material.

Câmara Municipal de Formosa, 09 de maio de 2025.

┐

┐

┐

Presidente

Relator

Membro

┐

┐

Membro

Membro